

CORREIO BRAZILEIRO

Democracia humanista

60 an. Brasil

2 DFZ 1985

E preciso que finalmente um dia os banqueiros internacionais, que estão por trás do FMI, simples auditor, entendam ser impossível continuar se apertando a cintura do brasileiro e outros povos. Assim não dá. Chegará, mais cedo ou mais tarde, o ponto de ruptura, perigosíssimo para o mundo inteiro, num país das dimensões do Brasil.

O chamado "pacote", que acaba de ser remetido ao Congresso e por ele devolvido, aperta ainda mais os setores de maior renda, embora, pela primeira vez nos últimos tempos, recaia menos sobre os assalariados de renda inferior. Até agora, o quadro tinha sido o inverso, para proletarização crescente, com consequente desespero dos pobres.

Mesmo assim, o Brasil continua importador de poupanças, por sua insuficiência local. É o calcanhar-de-aquiles da economia brasileira.

Então se recorre aos investidores estrangeiros. Estes, por sua vez, costumam preferir investimentos de risco, em busca de grandes lucros, raros nas economias maduras, ditas desenvolvidas. O rendimento decrescente do capital, lá, empurra-o para cá. Resultado: com frequência o risco se torna demasiado grande e o povo, aqui, termina tendo de pagar pelo que não fez, nem foi avisado que se iria fazer. Um encadeamento penoso de fatos graves.

Para se conseguir remunerar o capital não só investido, às vezes até perdido, sucessivos governos arrocharam a população em busca de pingos de recursos a remeter para o exterior, mantendo o círculo vicioso. O governo Sarney vem surgindo como o primeiro sensível no sentido de deter a hemorragia. Do contrário vai terminar ocorrendo o pior, previsível a olho nu, sem nenhum catastrofismo. É que a maioria dos habitantes passou a concentrar-se nas cidades, de fácil comunicação e predisposta, por isso, à organização de protesto, além de reivindicação. Um dilema para os novos presidentes da República.

Claro também que o problema não se circunscreve ao Brasil. Inclusive a Argentina — notoriamente auto-suficiente em alimentos (trigo e carne) e em energia (petróleo) — sente idênticas dificuldades. Quanto mais os outros, entre os quais o Brasil.

Entende-se assim o clamor conjunto dos presidentes José Sarney e Raul Alfonsín, em favor da democracia como valor supremo a defender. Democracia como sinônimo de humanismo, não de populismo. E sua estabilidade será crescentemente ameaçada, se não existir sólida base econômica e social, comum a países vizinhos e amigos, à maneira da Argentina e do Brasil. Foi o que ficou claríssimo nas declarações do presidente Sarney, ao dizer que

"a solução definitiva só poderá vir em consequência de ações conjuntas" e que "as democracias latino-americanas estão ameaçadas pela crise econômica internacional". Logo ecoado pelo presidente Alfonsín: "A América Latina necessita urgentemente reformular sua ação internacional sobre novas bases", na forma de integração econômica de molde similar à europeia-occidental.

Tudo ocorreu à sombra da memória de Tancredo Neves, por ocasião da inauguração da ponte com o seu nome, unindo uma vez mais os dois países. A viúva do ilustre Presidente, Dona Risoleta, prestigiou o evento com a sua presença.

De agora em diante cabe, de novo, perseverar. Tenacidade não tem sido, em política econômica pelo menos, um dos fortes dos últimos tempos. Descontina-se um amplo horizonte de recuperação. Tende a passar a crise das matrizes internacionais, que voltarão a importar em grande escala. Para o Brasil, nada melhor, desde que se consiga chegar lá, mesmo aos trancos e barrancos, sem maiores acidentes de percurso. Desenvolvimento não se faz num dia. Até que já se alcançou muita coisa, apesar de tudo. A infra-estrutura do País encontra-se pronta para a próxima ascensão gradual.

As reuniões de presidentes tornaram-se produtivas também na América Latina.